APURAÇÃO DO CUSTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS NA MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO NO ÂMBITO DE UM HOSPITAL PÚBLICO ATRAVÉS DO MÉTODO TDABC

DETERMINATION OF THE COST OF THE ADMINISTRATIVE PURCHASING PROCESS IN THE ELECTRONIC AUCTION MODE IN THE CONTEXT OF A PUBLIC HOSPITAL USING THE TDABC METHOD

Luana Baptista Rodrigues Pires[1]

Patrícia Cardoso Kruger[2]

Marcus Manke Oliveira[3]

Franciele Nascente Prestes[4]

Simone Dalla Pozza Mahmud[5]

RESUMO: O presente trabalho objetiva relatar as etapas e os resultados encontrados pelo Hospital de Clínicas de Porto Alegre ao apurar os custos dos seus processos licitatórios na modalidade pregão eletrônico. A metodologia escolhida para o desenvolvimento do presente estudo foi o *Time-Driven Activity Based Costing* (TDABC). Foram analisados 50 processos de compra homologados no mês de março de 2022. Entre as etapas envolvidas na execução do estudo proposto estão: mapeamento das etapas do processo de compra na modalidade licitação pregão eletrônico e seus respectivos tempos, bem como, o custo médio de mão de obra e estrutura envolvidas em cada uma das etapas. O resultado apurado denota que o custo médio do processo licitatório do Hospital de Clínicas de Porto Alegre é de R$ 10.925,69, sendo que deste montante, 58% correspondem aos custos com mão-de-obra e 42% correspondem aos custos relacionados a estrutura física.

PALAVRAS-CHAVE: Custo; Processos Licitatórios; Pregão Eletrônico.

[1] Mestre em Avaliação e Produção de Tecnologias para o SUS pelo Grupo Hospitalar Conceição. Atualmente é Chefe do Serviço de Compras do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

2 Mestre em Avaliação e Produção de Tecnologias para o SUS pelo Grupo Hospitalar Conceição. É analista de Suprimentos do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

[3] Coordenador da Comissão de Licitações do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

[4] Assistente Administrativa do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

5 Mestre em Epidemiologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2006). Atualmente é coordenadora pela área de Suprimentos no Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

Trabalho submetido em setembro de 2024. Aprovado em maio de 2025

APURAÇÃO DO CUSTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS NA MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO NO ÂMBITO DE UM HOSPITAL PÚBLICO ATRAVÉS DO MÉTODO TDABC

ABSTRACT: The present work aims to report the steps and results found by the Hospital de Clínicas de Porto Alegre when determining the costs of its bidding processes in the electronic auction modality. The methodology chosen for the development of this study was Time-Driven Activity Based Costing (TDABC). 50 purchasing processes approved in the month of March 2022 were analyzed. Among the steps involved in carrying out the proposed study are: mapping the steps of the purchasing process in the electronic auction bidding modality and their respective times, as well as the average cost of hand of work and structure involved in each of the stages. The result obtained indicates that the average cost of the bidding process for the Hospital de Clínicas de Porto Alegre is R$ 10,925.69, of which 58% corresponds to labor costs and 42% corresponds to costs related to physical structure.

KEYWORDS: Cost; Bidding Process; Electronic Auction.

1 INTRODUÇÃO

As compras públicas representam uma das atividades governamentais mais significativas na composição do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, atingindo percentuais que variam de 15 %(IBGE, 2018) . No Brasil, os dados indicam que mais de 20% do orçamento é empregado em compras e contratações pelo setor público nacional, considerando-se todas as esferas de governo (Econ et al., 2022).

A função da compra pública é selecionar a proposta mais vantajosa para a celebração de determinado contrato (fornecimento, serviços e obras) de acordo com critérios objetivos de julgamento previamente estabelecidos em edital. Entende-se por proposta mais vantajosa aquela que atende em preço, qualidade e legalidade.

A lei 13.303/16 (República, 2024) trouxe o princípio da Economicidade que se trata de alcançar a necessidade da estatal com o menor dispêndio de recursos. Nessa linha o gestor público tem o dever de conhecer seus custos e oportunidades a fim de obter a compra mais vantajosa com o rito processual mais eficaz. Assim a gestão de custos torna-se uma ferramenta para a gestão de compras públicas.

Apesar dos temas de gestão de custos e compras públicas serem pesquisados individualmente de forma extensiva, há ainda lacunas no conhecimento sobre a relação estabelecida entre os dois

temas no que se refere à gestão de custo nos processos administrativos de compras públicas(Brito et al., 2021) .

O custo da compra pública deve levar em consideração não só o montante pago pelo bem em si, mas também o custo da transação como um todo. Como regra geral a compra pública requer um processo licitatório que o preceda e este também agrega custos que oneram a transação. Assim, poderíamos descrever os custos de transação do processo licitatório como a somatória: dos custos de desenhar, negociar e prever salvaguardas contratuais (custos de transação ex-ante), doravante CTac; dos custos de monitoramento e controle do contrato (custos de transação ex-post); doravante CTpc; dos custos associados à execução da licitação, dentre os quais incluem-se: os custos de confecção e publicação do edital, de realização da habilitação e julgamento das propostas, de publicação dos vencedores, e os custos associados ao tempo decorrido entre a necessidade da compra e o recebimento do produto, doravante CTlic (Hermann, 1999). Devido ao impacto crescente dos custos associados à absorção de tecnologias em saúde e ao aumento da demanda dos usuários pelos serviços de assistência à saúde, cabe ao gestor público a responsabilidade pela utilização racional dos recursos de forma a atender os direitos e o bem-estar social da coletividade (Piola et al., 2009). (PIOLA et al., 2009)

No setor público de saúde a busca pela apuração dos custos dos serviços prestados está posta, o SUS em sua Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, no seu segundo princípio descreve que é direito do cidadão entre outros fatores ter atendimento resolutivo com qualidade tendo informações sobre seu estado de saúde incluindo o custo das intervenções com a qual se beneficiou (Ministério da Saúde, 2013).(SAÚDE; SAÚDE, 2013).

Por todo o exposto, dada a comprovada relevância das contratações públicas para a economia como um todo, evidencia-se a importância cada vez maior da gestão criteriosa dos processos de compra pública.

No entanto, tão importante quanto atender a legislação vigente, garantir as condições isonômicas da contratação e utilizar da melhor forma possível o poder de compra do Estado para o desenvolvimento da economia, é também, garantir que a utilização do recurso público esteja sendo processada de forma a garantir a otimização deste recurso.

Assim sendo, objetivando identificar o custo real das suas contratações, o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, através da metodologia TDABC, desenvolveu um estudo para apurar o custo dos processos de licitação realizados pela Instituição, cujos resultados serão apresentados e discutidos no presente trabalho.

Os resultados esperados no estudo são a estimativa de custos do processo administrativo de compras, a identificação de atividades que podem estar gerando ineficiência no uso de recursos no processo, também pode subsidiar decisões de aceitabilidade de preços e julgamento de propostas no processo de licitação, e ampliar a produção científica na área de compras públicas.

Esse estudo de caso baseou-se na análise de 50 processos administrativos de compras formalizados através de licitação pelo rito da Lei das Estatais 13.303/2016. A amostra compreendeu processos das modalidades de contrato, compra única e registro de preços para as despesas de serviços e consumo. Os processos administrativos de compra tramitam todos pelo SEI. Os custos se dividiram em pessoas e estrutura física das áreas envolvidas.

2 PESQUISAS ANTERIORES

Existem poucos estudos na literatura que indiquem o custo do processo de compras, e apresentam legislação e metodologia de custos distintas, não favorecendo a comparação direta. Conforme estudo recente de outra empresa Estatal (Motta, 2020) sob a mesma Lei 13.303/16 obteve-se um custo médio do processo administrativo de compras de R$ 27.448,31 referente a uma amostra de 219 pregões eletrônicos. Os valores apresentaram grande discrepância e variam de R$ 4.016,19 a R$ 86.449,70, estas foram atribuídas pelo estudo pela diferença dos objetos de compra, processos padrões com equipes especializadas e novos temas que demandam novos estudos. Outro estudo (Silva et al., 2015) no âmbito municipal apurou um custo por processo de licitação por pregão eletrônico de R$ 4.716,24 em uma amostra de 25 processos. Nesse estudo mostra que a maior parte das contratações são realizadas por dispensa de licitação (436) e foram levados em consideração os elementos de custo pessoal, material de expediente, publicações, e depreciação de equipamentos. Já no estudo (Brito et al., 2021) utiliza a metodologia de custo de (TDABC) foram apurados os valores de cada atividade e divididos pelo número de processos. Assim embora o valor total de custo apurado do pregão foi o segundo maior entre as modalidades do município R$ 143.466,87, a quantidade é superior as demais modalidades (199) e no rateio restou em R$ 720,94.

Os dados do estudo realizado pelo Grupo Negócios Públicos em 2016 (Por Aline de Oliveira, 2024), revelamos os custos envolvidos na licitação de agora, em 2024. O estudo realizou um levantamento por etapa e no total em 2016 o custo era de R$ 15.058,05 e em 2024 foi para R$ 27.735,65. O incremento de 84,24% no custo total de uma licitação reflete, em grande parte segundo

o estudo, a inflação e os ajustes econômicos necessários para acompanhar as variações do mercado e a evolução dos processos administrativos.

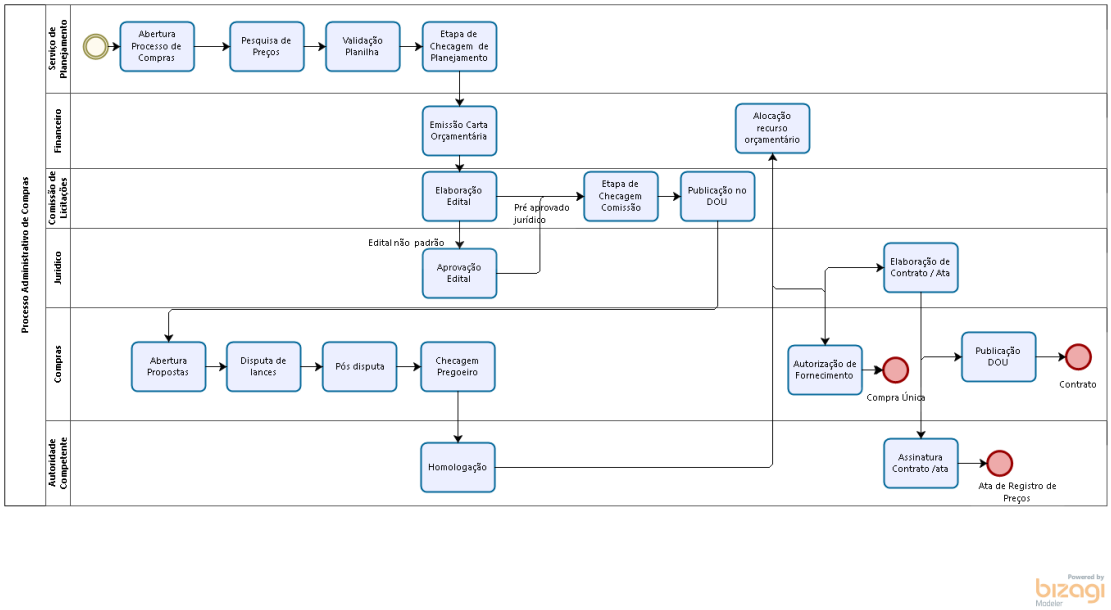
3 METODOLOGIA

O estudo é essencialmente uma análise de custos em processos de compras públicas que incluirá, em seu protocolo, a metodologia de microcusteio conhecida como custeio baseado em atividades, no inglês time *driven activity based costing* (TDABC). O objetivo de um estudo de microcusteio é identificar todos os recursos consumidos nas atividades relacionadas a um processo. Para isto, devem ser consideradas as diferentes complexidades processuais na amostra de processos, como etapas legais que podem ser incluídas nos casos de processos administrativos de compras desde da publicação até decisões sobre recursos. O custeio baseado em atividades (ABC) parte do princípio que de que não são os recursos que são consumidos pelo produto, mas sim as atividades e estas consomem recursos, assim esse sistema de custeio baseia-se na visão sistêmica da empresa e na fragmentação desses sistemas em atividades (Ministério da Saúde, 2013). (SAÚDE; SAÚDE, 2013)

Métodos de microcusteio

A amostra foi composta por processos homologados de licitação através de pregão eletrônico no mês de março de 2021 e a apuração realizada pelo método de microcusteio TDABC. A primeira etapa da metodologia de apuração de custos é o mapeamento das atividades e fluxo dos processos. O mapeamento das atividades envolvidas no processo de compras foi realizado através do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para gerenciamento dos processos de compras. No qual é possível identificar os tempos de tramitação, os centros de custos, e profissionais envolvidos em cada etapa. Além dos registros do SEI foram realizadas entrevistas com as áreas envolvidas em cada etapa em relação ao tempo médio despendido em cada atividade de rotina para os intervalos de tempo não identificados na coleta de dados. Após essa etapa foram identificados os principais recursos consumidos em cada atividade e departamento.

Figura 1 – Fluxo do processo administrativo de compras



Fonte: O autor (2024)

Na etapa de estimativa dos custos por recursos e departamentos envolvidos ao longo do fluxo todos os itens de custos associados com cada grupo de recurso devem ser estimados. Os dados financeiros serão coletados e analisados em conjunto com os departamentos de Contabilidade e Financeiro do HCPA, foram avaliados custos diretos e indiretos para o cálculo da estrutura física, desde depreciação, energia, aluguel, materiais gerais, impressões, contratos com terceiros, licença de software, taxas e eventualmente outro custo específico que está associado ao centro de custos de cada departamento. Para os custos com profissionais, salários, encargos e benefícios foram considerados conforme folha de pagamento. Após o levantamento de custos foi possível estimar a taxa de custo de capacidade (TCU - R$ / h) de cada recurso a partir da carga horária de cada categoria profissional, e para estrutura física as áreas envolvidas com a disponibilidade horária de funcionamento e de equipes. A partir das taxas de custo de capacidade e tempo de cada atividade e recurso (físicos e humanos) foi possível calcular o custo total do processo estratificado por recursos e atividades. Para esse estudo foi utilizado a ferramenta de planilha em Excel. O custo total do processo de compras é fruto da multiplicação dos tempos de consumo de cada recurso pelo custo por unidade de tempo de cada recurso acrescidos de custos de materiais.

As análises dos dados contemplaram os custos: custo mediano por processo administrativo de compras em cada modalidade; custo por atividade desempenhada em cada etapa do processo; custo por recurso; custos por nível de complexidade processual, processos com mais etapas e análise de

fluxo de processos: será avaliado as diferenças de tempos medianos entre as atividades do fluxo do processo, a fim de identificar benchmark de fluxo do processo.

4 RESULTADOS

A média anual de processos administrativos de compras processados através de licitações pela modalidade de pregão foi em torno de 800 processos. A área de Compras concentra todas as aquisições realizadas pelo Hospital, ou seja, são compras centralizadas de todas as áreas demandantes.

Para o desenvolvimento do presente estudo, seguindo a metodologia TDABC, foram identificadas todas as etapas do processo de compras conforme demonstra a figura abaixo:

Quadro 1 - Etapas do processo de compras

Atividade
Abertura do processo administrativo de compras
Pesquisa de preços
Validação da planilha de preços
Elaboração do Termo de referência
Checagem da etapa do Serviço de Planejamento
Elaboração de edital
Checagem da etapa da Comissão de Licitações
Publicação do Diário Oficial
Abertura de propostas e disputa

Pós disputa
Checagem da etapa do Pregoeiro
Homologação
Alocação de recurso orçamentário
Autorização de fornecimento
Elaboração de atas / contratos
Conclusão do processo

Fonte: O autor (2024)

Na sequência foram identificados todos os profissionais da instituição que atuam nas etapas identificadas acima, bem como, o valor médio de suas remunerações. Abaixo tem-se a relação de profissionais:

Quadro 2 – Profissionais que atuam no processo administrativo de compras

Profissionais
Advogado
Analista
Assessor
Assistente

Chefe de Serviço
Coordenador
Pregoeiro
Presidente
Recepcionista
Secretária
Vice-presidente administrativo

Fonte: O autor (2024)

O mesmo foi feito com os departamentos - chamados de estrutura física - onde os profissionais ficam lotados, conforme demonstrado abaixo:

Quadros 3 – Departamentos envolvidos no processo administrativo de compras

Profissionais
Comissão de Licitações
Compras
Coordenadoria de Suprimentos
Presidência
Seção de Órtese e Prótese

Serviço de Direito Administrativo
Serviço de Orçamento
Serviço de Planejamento
Vice Presidência Administrativa

Fonte: O autor (2024)

Na sequência foram apurados o custo médio/hora de cada um dos profissionais, seguido do custo médio/hora da estrutura física utilizada. Após foram mapeados os tempos de cada uma das etapas para cada um dos processos que compuseram a amostra e multiplicado pelo valor da respectiva mão de obra e estrutura utilizada, chegando-se ao fim ao somatório do custo total de cada um dos processos de compra.

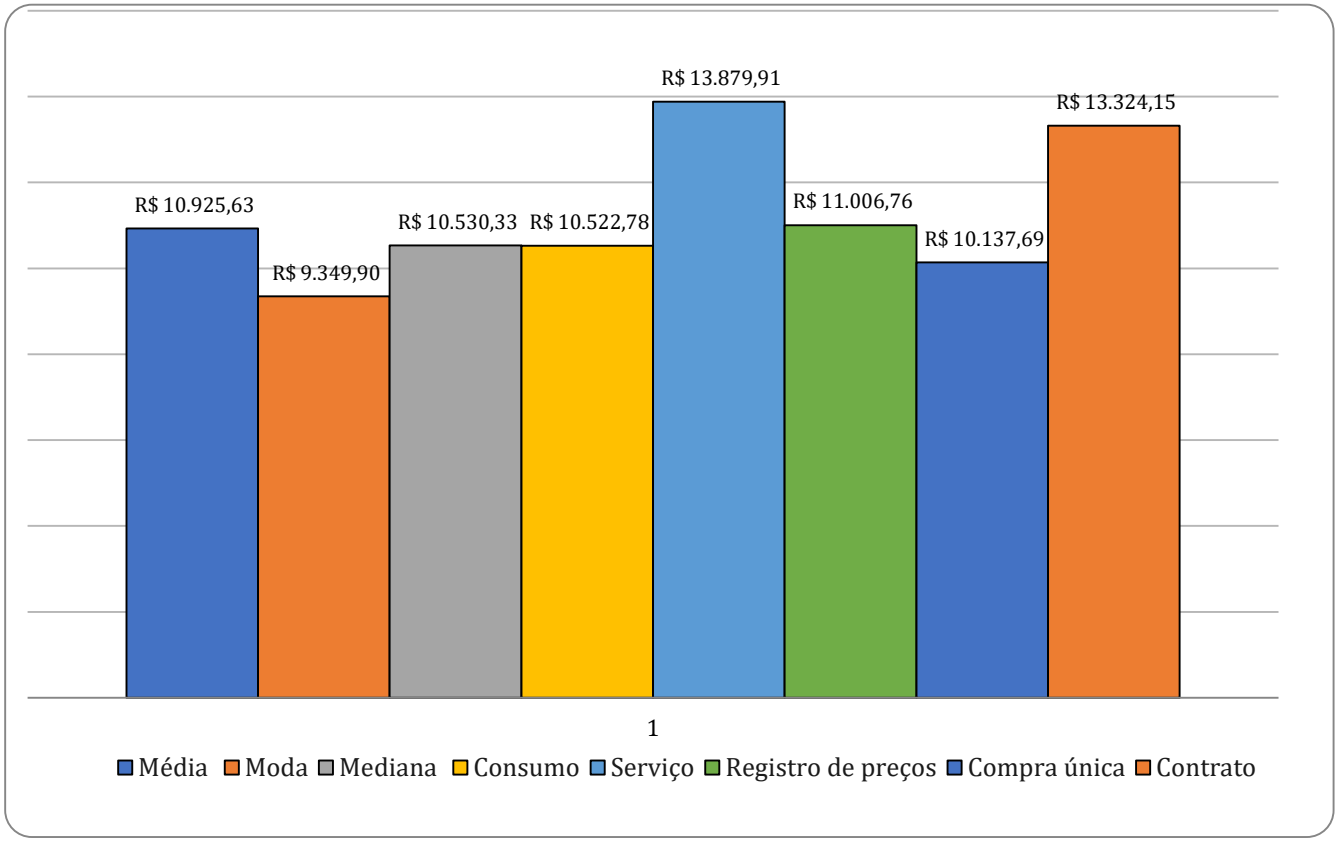
Ao final das etapas acima descritas apurou-se que o custo médio da amostra ficou em R$ 10.925,69, moda R$ 9.349,90, e mediana R$ 10.530,33. Ao comparar com os estudos da literatura se observa um custo menor que a média de valor da estatal com o mesmo regime jurídico (R$27.448,30) e pelo estudo do site especializado (R$ 27.735,65), mas acima dos estudos referentes as prefeituras (R$ 4.716,24 e R$ 720,94). Estes últimos estudos ficam afastados como parâmetro tendo em vista a legislação e metodologia de apuração de custo diferente do presente estudo.

Em relação aos processos de compras de serviço e consumo obtivemos um custo superior no serviço (R$ 13.879,91 > R$ 10.522,85). Neste caso a diferença de valor decorre do fato de que no caso dos processos para contratação de serviços há a participação da área de gestão de contratos, e a área jurídica. Nos processos de consumo existem editais padrões e modelos de ata de registro de preços e contratos, demandando etapas a menos nesses processo.

Em relação ao tipo de empenho de cada licitação, tivemos dos 50 processos analisados, 27 de registro de preços, dos quais derivaram uma ata de registro de preços com os fornecedores, 18 processos de compra única, e 5 processos de contratos. Dos tipos de empenho o mais oneroso é o contrato pois envolve a área de contratos e o jurídico, tanto na fase interna de planejamento quanto na fase externa de assinatura de contrato, com um custo de R$ 13.324,15. O empenho de licitação por compra única foi o que apresentou o menor custo – R$ 10.137,69 - pois envolve um menor número

de profissionais - somente as equipes de contratações e da comissão de licitações - e, consequentemente menor estrutura, utilizando-se de editais pré-aprovados, sem a exigência de elaboração de contrato ou ata, sendo a contratação efetivada apenas com a liberação de uma parcela de entrega única para o fornecedor após a homologação do processo de compras, sem obrigações futuras. O empenho de registro de preços apresentou custo de R$ 11.006,76, ficando em um valor no intervalo da compra única e contrato. As etapas do processo influenciam diretamente no custo, nesse caso a maioria já possui edital pré-aprovado pelo jurídico dispensando o envio para essa estrutura e profissionais, mas ao final após a homologação requer a assinatura da ata pelos fornecedores, tendo em vista o compromisso futuro de 12 meses de vigência.

Figura 2 - Custo Processo Administrativo de Compras



Fonte: O autor (2024)

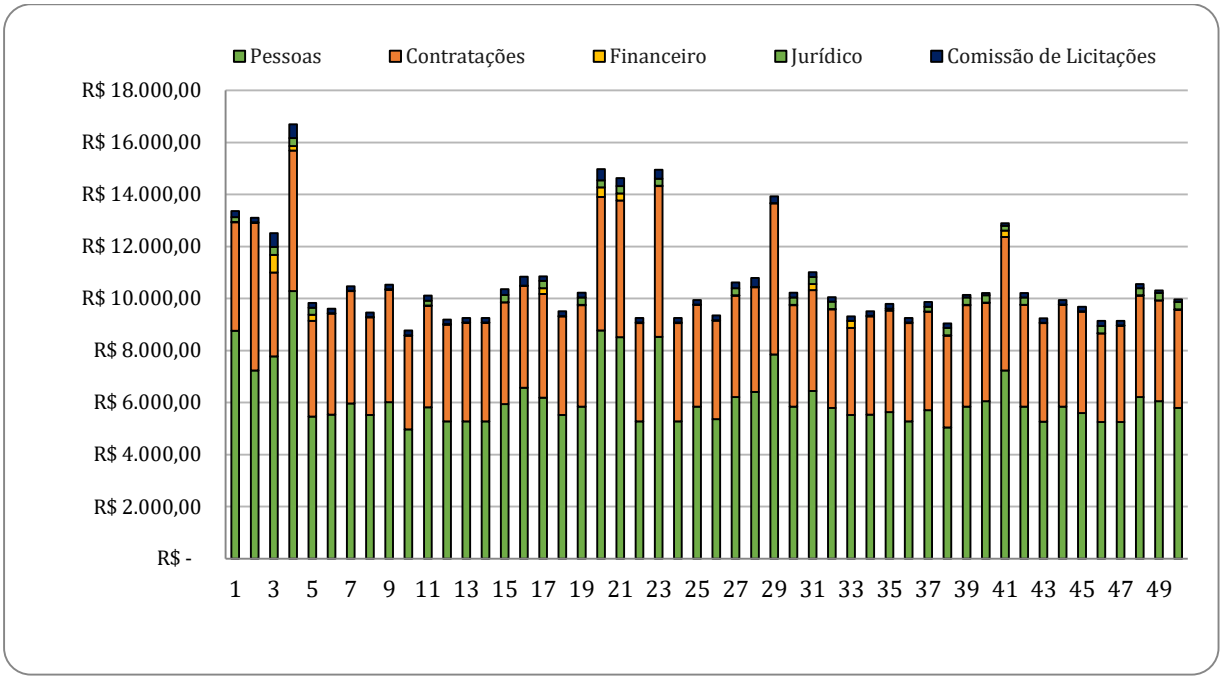
Ao avançar na estratificação dos dados apurados e analisar isoladamente os processos de contratação de serviços e os processos de aquisição de insumos, é possível identificar dados relevantes para a tomada de decisão dos gestores. No caso dos processos de contratação de serviços verifica-se expressiva diferença de preços entre as modalidades de contratação. Os processos de serviços na modalidade contrato registraram um custo médio de R$15.109,40. Em contrapartida, os processos de serviços na modalidade registro de preços registraram custo médio de R$12.650,42, o que representa uma diferença percentual de 16,27% entre as modalidades de contratação para os processos de serviço. Importante destacar que a modalidade de compra única não se aplica a contratação de serviços. Com relação aos processos de aquisição de insumos, a diferença de valor entre as modalidades de contratação apresenta-se de forma mais discreta, embora surpreenda ao evidenciar o processo de registro de preços com o custo mais elevado entre as modalidades analisadas.

Nos processos de aquisição de insumos registra-se o custo médio de R$ 10.137,69 para a modalidade de compra única, R$ 10.646,27 para a modalidade de contrato e R$ 10.801,43 para a modalidade de registro de preços, configurando-se assim uma diferença de 6,54% entre a modalidade de menor custo e a modalidade de maior custo para aquisição de insumos.

A inversão de valores na análise dos processos de insumos, na comparação com a amostra global, é o fato de que no mês de março, foram homologados apenas 2 processos de insumos na modalidade contrato, cada um com 1 item apenas, ao passo que foram homologados 24 processos de insumos na modalidade de registro de preços com quantidades oscilando entre 1 e 46 itens por processo, registrando-se uma média de 11 itens por processo. Sugere-se que que em amostras mais homogêneas os resultados podem sugerir uma ordem de custo diferente da apurada no presente processo.

Em relação a estrutura de custos, 58% corresponde às pessoas e 42% em relação à estrutura física a qual estão lotadas conforme mostra gráfico abaixo.

Figura 3: Composição do Custo do Processo administrativo de Compras



Fonte: O autor (2024)

Novamente estratificando a análise em contratação de serviços e aquisição de insumos, observamos que quando o objeto da contratação é serviço o custo médio da mão de obra é mais elevado na modalidade de contrato assumindo o valor médio de R$ 8.945,45, enquanto que o custo médio da mão de obra na modalidade de registro de preços é de R$ 7.091,74, ao passo que o custo médio com estrutura na modalidade contrato para serviços é de R$ 6.163,95 e para a modalidade de registro de preços é de R$ 5.558,67.

Partindo para a análise dos processos de insumos, em relação ao custo médio da mão de obra verifica-se pouca oscilação de valor entre as modalidades de contrato - R$ 5.760,90 - e compra única - R$ 5.770,96 e uma diferença um pouco maior na modalidade de registro de preços - R$ 6.033,68. Em relação a estrutura tem-se que o menor custo médio apurado é o da modalidade de compra única registrando R$ 4.366,74, seguido pelo registro de preços com R$ 4.767,74 e contrato com R$ 4.885,36.

Ainda com relação a divisão dos custos entre custo de mão de obra e custo da estrutura física utilizada para a execução dos processos de compra, ao analisar os valores apurados é possível observar que a relação percentual entre as duas variantes apresenta pouca oscilação na comparação entre os processos de forma geral, conforme demonstra a tabela abaixo:

Quadro 4 – Distribuição percentual por processo administrativo de compra dos custos de mão de obra e estrutura

PAC Número	% MOB sobre o total	% estrutura sobre total
147943	64%	36%
148010	55%	45%
148116	60%	40%
148123	60%	40%
148190	54%	46%
148192	57%	43%
148356	56%	44%
148368	58%	42%
148374	57%	43%
148382	56%	44%
148422	55%	45%
148424	57%	43%
148425	56%	44%
148429	56%	44%
148494	55%	45%
148497	60%	40%

148512	55%	45%
148520	58%	42%
148531	55%	45%
148541	57%	43%
148556	57%	43%
148599	56%	44%
148600	56%	44%
148601	57%	43%
148603	57%	43%
148609	57%	43%
148614	57%	43%
148619	59%	41%
148623	56%	44%
148626	55%	45%
148629	57%	43%
148705	56%	44%
148723	57%	43%
148756	58%	42%
148783	56%	44%
148788	57%	43%

148789	56%	44%
148794	54%	46%
148795	54%	46%
148800	55%	45%
148810	55%	45%
148814	55%	45%
148855	56%	44%
148869	57%	43%
148873	56%	44%
148906	55%	45%
148909	55%	45%
148971	55%	45%
148973	55%	45%
149040	54%	46%

Fonte: O autor (2024)

Em relação aos custos da estrutura física, as possibilidades de ação são mais limitadas, visto que se trata de uma planta pré-definida pela instituição. No entanto, como a metodologia TDABC tem como ator principal o tempo envolvido em cada uma das etapas do processo, a chave para a redução do custo do processo, está na fluidez do processo. Ao adotar ações para mitigar gargalos do processo administrativo de compras, o tempo despendido em cada etapa tende a reduzir, reduzindo o custo de mão de obra e, consequentemente, o custo da estrutura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, através da análise retrospectiva de 50 processos de compra na modalidade Pregão Eletrônico, possibilitou a apuração do custo efetivo das contratações realizadas pelo Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

Os resultados apurados evidenciaram um valor superior para os processos de serviços, na comparação com os processos de insumos e, demonstram ainda que os processos na modalidade de empenho Contrato, em geral, são os que possuem custos mais elevados, ao passo que a modalidade Compra Única é a que se mostra menos onerosa em relação aos custos totais do processo, decorrente de um fluxo mais enxuto, envolvendo menos etapas. Foi possível constatar que os custos com mão-de-obra possuem um peso maior dentro do custo total do processo, respondendo por 58% do custo total do processo, enquanto a estrutura física responde por 42%, em média.

Dada a carência de informações acerca do custo dos processos licitatórios na literatura atual, este estudo assume significativa importância, não só para a Instituição no qual foi desenvolvido, mas também para os demais órgãos licitantes, que podem utilizar os resultados apurados como balizadores em suas tomadas de decisão.

O conhecimento acerca das diferenças de valores entre as modalidades de contratação é de extrema importância devendo ser considerado em uma análise conjunta que envolva aspectos como custo total da contratação, bem como, a análise de riscos da referida contratação, combinada com a análise das possibilidades de enquadramento legal da contratação. Em muitas circunstâncias o gestor poderá constatar que é possível optar pela modalidade menos onerosa de contratação, atendendo a demanda de forma satisfatória, sem expor o órgão à riscos atrelados a modalidade escolhida.

E, futuramente, pode-se até cogitar a hipótese de pleitear junto aos órgãos reguladores e de fiscalização, que o custo do processo seja um atributo a ser considerado no julgamento da proposta mais vantajosa, evitando as rotinas que são realidade hoje, na qual, itens são fracassados por estarem com preço ofertado acima dos valores de referência do processo, independente do montante da diferença entre preço ofertado e preço de referência, devido a análise simplista que é realizada, sem considerar o custo da republicação de um novo processo de licitação, conforme determina a legislação vigente até o presente momento.

Além disso, o presente estudo também apresenta uma contribuição teórica ao estruturar o método TDABC para a utilização na apuração dos custos dos processos da Gestão Pública,

constituindo-se assim, como uma alternativa para comparação e análise de custos a ser desenvolvida por outros órgãos.

Por fim, outros estudos podem ser desenvolvidos no intuito de replicar o método para apuração dos custos de outras modalidades de licitação, permitindo assim, traçar outros comparativos que agreguem valor à análise de viabilidade dos processos de compras públicas. O custo do processo administrativo de compras nesse estudo resultou na estimativa dos custos reais do processo administrativo de compras; na identificação de atividades que podem estar gerando ineficiência no uso de recursos no processo; além de ampliar da produção científica nacional através da publicação de artigos e disseminação do conhecimento com a apresentação de trabalhos em eventos científicos. O mesmo estudo poderá subsidiar decisões de aceitabilidade de preços, e julgamento de propostas e enquadramento legal de compras públicas bem como propor procedimentos padronizados podem refletir a redução de etapas no processo e custo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITO, H. L. *et al.* Custos dos Processos Licitatórios em Londrina: um Estudo sob a Perspectiva Time Driven Activity Based Costing (TDABC). **… de Custos-ABC**, 2021.

ECON, Desenvolvimento *et al.* **Compras Públicas Sustentáveis**. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/explore-topicos/eficiencia-de-recursos/what-we-do/compras-publicas-sustentaveis>. Acesso em: 21 abr. 2022.

HERMANN, Isadora. Licitações Públicas no Brasil: Explorando o Conceito de Ineficiência por Desenho. **Revista de Administração**, p. 29–38, 1999.

IBGE. **Series Históricas**. , 2018. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122>

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Economia da saúde - Glossário temático**. 3º ed. Brasilia: Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento, 2013. v. 1/93

MOTTA, C. V. D. S. Identificação dos custos administrativos dos processos de compras da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH. **Brasília;** v. 2020, p. 1–24, 2020.

PIOLA, Sérgio (Org) *et al.* Estado De Uma Nação: Textos De Apoio Saúde No Brasil: Algumas Questões Sobre O Sistema Único De Saúde (Sus). 2009.

POR ALINE DE OLIVEIRA. **Quanto Custa uma Licitação?** Disponível em: <https://portal.sollicita.com.br/Noticia/21529/quanto-custa-uma-licitação>. Acesso em 29/05/2025.

REPÚBLICA, Presidência da. **Lei das Estatais 13.303/16**, 2024.

SILVA, Ana Lêda Rocha da *et al.* Quanto custa um processo administrativo de compras e contratação de serviços? O Caso da Secretaria de Saúde do Município de Feira de Santana na Bahia. **XXII Congresso Brasileiro de Custos**, v. 75, p. 1–12, 2015.